04. O REASSENTAMENTO DOS ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM ALGODÕES I COMO VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Malú Flávia Pôrto Amorim¹

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo questionar a resposta fornecida pelo Estado às vítimas do rompimento da Barragem Algodões I, relativa à construção dos assentamentos aos moradores na forma de agrovilas como violação de direitos humanos. Desse modo, pretende-se analisar como o tratamento às vítimas constituiu violação de direitos, partindo-se da hipótese de que o Estado deu resposta aos atingidos sem considerar as suas particularidades enquanto grupo camponês, residente de meio rural, que possui características de unidade familiar e profunda ligação com a terra. Assim, as pessoas atingidas pelo rompimento possuem demandas específicas, de modo que as medidas dispensadas pelo Estado configuram um tratamento genérico que não atende a seus modos de vida, principalmente no que tange à construção das unidades habitacionais dos assentamentos, que desconsidera as histórias de vida e os modos de viver, o que constitui violação de normas internacionais e nacionais que resguardam os direitos humanos.

Utiliza-se o trabalho de Oliveira (2013) como referência para a análise, de onde se pode extrair características da população, delimitada aos atingidos de Cocal-PI, a partir da observação do autor e de relatos de moradores, com base no conceito de campesinato proposto por Almeida (2007) e Wanderley (2000), não obstante as dificuldades na conceituação que este último aponta, além da indicação e análise dos tratados internacionais e legislação nacional que regulam o tema em questão.

1. Construção da Barragem Algodões I e seu rompimento

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí. Bolsista FAPEPI. malu.flavia@gmail.com.

O início da construção da barragem se deu em 1995, no governo de Francisco de Assis Moraes Sousa (1995-2001), sob responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Piauí – COMDEPI, órgão do governo do Estado do Piauí, tendo por objetivo o abastecimento de água da cidade de Cocal, além de regularizar a vazão do rio Pirangí e realizar aproveitamento hidro-agrícola das terras à jusante do açude.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) repassou recursos para a construção e a obra foi concluída no ano de 2001, aproximadamente, com capacidade de 51.000 m³ d'água. Contudo, Oliveira aponta, com base na memória oral de pessoas da região, que a história de Algodões I remonta ao “período emergencial da seca de 1958, quando se iniciou a construção de um pequeno açude feito de forma manual” (2012, p. 03).

Cocal situa-se na mesorregião norte e microrregião do litoral do Piauí, possuindo clima quente tropical com estação seca. Situa-se em área de transição, fazendo parte do bioma caatinga, mas apresenta também vegetação típica de cerrado (OLIVEIRA, 2013, p. 16). A construção da barragem Algodões provocou, num primeiro momento, o deslocamento de 15 famílias, aproximadamente, da área à montante da barragem (localidade Caldeirão), originando o assentamento denominado Mutirão do Jacarandá (OLIVEIRA, 2013, p. 27).

O rompimento da Barragem Algodões I ocorreu em 27 de maio de 2009, ocasionando a morte de pessoas, a destruição de povoados e o deslocamento de várias famílias, nos municípios de Cocal e Buriti dos Lopes, no Estado do Piauí. O rompimento da barragem se deu por problemas estruturais, em razão de rachaduras na sua parede, que não suportou o volume de água. No inverno do ano de 2009, foi detectado risco de rompimento da barragem, motivo pelo qual o prefeito à época mandou retirar as pessoas da região e abrigou-as em prédios públicos, fazendo-as retornar após a apresentação de um laudo técnico afirmando não haver risco de rompimento (OLIVEIRA, 2013, p. 86). Esta decisão mostrou-se um equívoco, uma vez que a barragem rompeu, atingindo moradores do município de Cocal e de Buriti dos Lopes, situado no caminho percorrido pela água.

Em 27 de maio de 2009 a barragem de Algodões I rompeu-se, ocasionando a morte de pessoas, a destruição de povoados e o deslocamento de várias famílias, nos municípios de Cocal, onde se situa a barragem, e Buriti dos Lopes, que se encontrava no caminho percorrido pelas águas, ambos no Estado do Piauí. O rompimento da barragem se deu por problemas estruturais, em razão de rachaduras na sua parede, que não suportou o volume de água.

Considerado responsável pela tragédia, o governo do Estado do Piauí está sendo responsabilizado civil e criminalmente em processos em trâmite no Poder Judiciário.

Em razão do ocorrido, uma das medidas tomadas pelo Estado a fim de reparar os danos causados às vítimas, foi a construção de 04 (quatro) assentamentos em Cocal para abrigar as famílias atingidas pelo desastre: assentamento Jacaré, que recebeu grande parte das famílias do Povoado Franco; assentamento Boíba, com a agrovila I, que recebeu as famílias de Dom Bosco e Cruzinha, e a agrovila II, que abrigou as famílias de Angico Branco; assentamento Olho d'água e assentamento Massalina, onde estão as famílias do Povoado Frecheira de São Pedro (OLIVEIRA, 2013, p. 100-101). Estes últimos assentamentos ficam mais distantes do antigo local de moradia das famílias e enfrenta grave problema de abastecimento de água, bem como os outros, só que em menor grau. Foi construído também 01 (um) assentamento, denominado Espírito Santo, em Buriti dos Lopes, bem próximo ao local inundado pelas águas.

O Governo do Estado construiu as casas dos assentamentos com uma área de 39,00 m² (trinta e nove metros quadrados), com 01 (uma) pequena varanda, 01 (uma) sala, 01 (uma) cozinha, 01 (um) banheiro e 02 (dois) quartos, situados em lotes de terra de 20 X 50 m (vinte metros por cinquenta metros) (OLIVEIRA, 2013, p. 102). São terrenos pequenos, considerando as necessidades da população atingida, pois “as casas são muito próximas umas das outras, e muito pequenas. ‘Não dá para criar nem uma galinha que com pouco já está no quintal do vizinho’, diz Seu Zé, do Povoado Franco” (OLIVEIRA, 2013, p. 102).

O Presidente da AVABA narra que os moradores queriam impedir judicialmente a construção das casas naquelas condições, contudo, como a associação mal tinha se constituído, não tinham legitimidade para ingressar com ação, por não ter ainda mais de 01 (um) ano de funcionamento (OLIVEIRA, 2013, p. 123-124).

A casa foi recebida por quem teve “perda total” dos bens que possuía, além de um crédito no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para compra de novos móveis, crédito esse que não foi repassado em espécie. Quem teve seus bens classificados como “perda parcial” teve que escolher entre a casa e o crédito. Segundo a narração dos moradores, os critérios para classificação das perdas não foram bem estabelecido, o que levou pessoas com perda total efetiva a ficarem sem casa, e nem foi devidamente esclarecido como se daria o processo, gerando confusão entre os atingidos ao fazerem a opção entre a casa e o crédito (OLIVEIRA, 2013, p. 105).

Nota-se, ainda, nas falas dos moradores, que o Estado forneceu a todas as vítimas créditos iguais e casas iguais, não levando em consideração os bens que tinham antes da tragédia, o tamanho de seus terrenos, as criações e áreas cultivadas, alterando as relações na comunidade, inclusive com a forma com que foram distribuídos os recursos no assentamento, no que OLIVEIRA (2013, p. 107) afirma que:

Poder-se-ia pressupor que a tragédia, de certa forma, teria nivelado as condições econômicas das famílias na região. Contudo, observei que algumas pessoas, no assentamento possuíam poço próprio [...]. Assim, no período pós-tragédia, podem-se perceber indícios de uma nova estrutura constituindo-se e cujo desenho não é ainda totalmente perceptível.

Por imposição judicial, o Governo do Estado do Piauí paga uma pensão alimentícia às vítimas, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por domicílio; R\$ 60,00 (sessenta reais) por pessoa adulta e R\$ 30,00 (trinta reais) por menor de idade. Não foram pagas indenizações relativas aos danos morais materiais, havendo ainda processos em trâmite no Poder Judiciário com este fim.

2. População atingida e campesinato

Segundo relatos colhidos por Oliveira (2013), podemos depreender características da população atingida pelo rompimento da barragem.

Na conversa, fui informado de que a maioria se compõe de pequenos proprietários que praticam a agricultura de provisão (MORAES, 2008), pois cultivam com a necessidade de provisão alimentar. Cultivam principalmente milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*) e mandioca (*Manihot esculenta*), além de praticarem a pequena criação. (OLIVEIRA, 2013, p. 36-37)

Seu Zé, do Povoado Franco, diz que a região do vale antes do acidente era muito rica, “tinha plantação de tudo, criação de gado e muitos viventes”, referindo-se a grandes e pequenas criações. (OLIVEIRA, 2013, p. 87)

Enquanto conversava com Seu Cesário e D. Maria, vizinhos se aproximavam. Pude perceber serem todos/as conhecidos/as entre si. D. Maria já dissera que ali, geralmente, são todos da mesma família. (OLIVEIRA, 2013, p. 91)

Oliveira (2013), caracteriza a população atingida como população camponesa, habitantes da zona rural e praticantes da agricultura de subsistência. Segundo dados do IBGE, com base no censo demográfico de 2010, no município de Cocal, com população em 2010 de 26.036 habitantes, 14.016 pessoas residiam na zona rural do município – população maior que a residente em zona urbana, com 12.020 pessoas – e 5451 pessoas que declaravam ter como atividade do trabalho principal agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura,

sendo que 2.162 declaram trabalhar na produção para o próprio consumo. Já Buriti dos Lopes, com uma população de 19.074 habitantes, possui população residente em zona rural de 8.780 habitantes e 10.294 em zona urbana, em que 2.754 habitantes afirmavam ter como atividade do trabalho principal agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura e 871 habitantes declararam trabalhar na produção para o próprio consumo.

A população da região atingida, do meio rural, vivia, em sua maioria, da agricultura de subsistência e criação de animais, possuindo características do campesinato, nos termos do que aponta ALMEIDA (2007, p. 167) como algumas de suas características gerais: tecnologias simples a agrárias, relações sociais localmente marcadas pela comunidade de parentesco ou de vizinhança, baixo controle sobre a natureza.

CHAYANOV (apud WOORTMANN, 1995, p. 30-32), ao tratar do grupo doméstico camponês, ressalta o caráter indivisível da atividade familiar, no cultivo da terra. Esta, nesse contexto, constitui fator de produção e um patrimônio (valor moral) da família, devendo ser repassada aos filhos, juntamente com a atividade agrícola desempenhada pela família. WOLF (apud WOORTMANN, 1995, p. 47), do mesmo modo, ressalta a importância da terra para a família camponesa, destacando que a mesma, além de uma unidade econômica, é um lar, carregada de valores simbólicos, a partir do qual se desenvolve todo o modo de vida característico do campesinato.

Wanderley (2000, p. 1-2) aponta relevante a relação dos habitantes do campo com a natureza, por meio de seu trabalho e habitat, e, citando Mendras, as “relações de interconhecimento”, de que resultam práticas e representações próprias a respeito do espaço, tempo, família e trabalho, por exemplo. Afirma, ainda, que há uma análise que faz associação entre o rural e o agrícola, em virtude da dinâmica das sociedades modernas, com o desenvolvimento do capitalismo, tornando o camponês um agricultor, com uma profissão específica e não mais um modo de vida, de modo que, para esse modo de olhar a questão, haveria uma decomposição do campesinato.

Shanin (2005), por sua vez, afirma que a palavra “camponês” encerra uma grande variedade de denominados diversos em conteúdo, de modo que o termo traduz uma generalização. O autor aponta características que têm sido usadas para distinguir a categoria camponesa:

Em primeiro lugar, tem-se dito que a economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle

dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional. [...]

Em segundo lugar, os padrões e tendências da organização política dos camponeses têm, freqüentemente, mostrado considerável semelhança em diferentes regiões e países do mundo. [...] O mesmo é válido para os padrões e problemas das interações políticas dos camponeses, tanto com os proprietários de terras, como os de fora – representantes das burocracias nacionais.

Em terceiro lugar, normas e cognições típicas e muito semelhantes têm sido percebidas em campesinatos suficientemente afastados para obstar qualquer afirmação de simples dispersão. Esses padrões tanto refletem como por sua vez influenciam as formas de produção e de vida social. [...] Os padrões específicos de socialização e aprendizado ocupacional do camponês foram também descritos e relacionados. O mesmo se pode dizer das tendências ideológicas camponesas e dos padrões de cooperação, confrontação e liderança políticas.

Em quarto lugar, as unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento têm mostrado considerável semelhança em todo o mundo. Particularmente, o grupo doméstico camponês, mas também a aldeia e a rede mais ampla de interação social, como um centro mercantil e o anel local mais baixo da autoridade estatal, são, de longe, facilmente reconhecíveis para os camponeses, estudiosos e líderes políticos. [...]

Em quinto lugar, [...] a reprodução social, isto é, a produção das necessidades materiais, a reprodução dos atores humanos e do sistema de relações sociais mostram padrões específicos e genérico dos camponeses. Relevante, aqui, é o já referido aprendizado ocupacional dentro da família. O ritmo de vida da aldeia e do grupo doméstico camponês reflete, nitidamente, os principais ciclos “naturais”, ou seja, o ano agrícola.

Finalmente, as causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural têm sido vistos, mais uma vez, como genéricos e específicos dos camponeses. [...] a especificidade camponesa tem sido afirmada a partir da maneira como as comunidades camponesas reagem a esses processos gerais e como estes nela se refletem. (SHANIN, 2005, p. 3-4)

Embora o conceito de camponês encerre problemas, implicando em generalizações que significam a existência de homogeneidades inexistentes, ainda é um conceito válido e que pode ser utilizado para descrever a população atingida pelo rompimento da Barragem Algodões I, uma vez que presentes características comuns às narradas.

3 As agrovilas

A problemática em torno da forma de construção dos assentamentos destinados aos atingidos pelo rompimento da Barragem Algodões I é reflexo da política de reforma agrária adotada pelo Estado. No caso ora analisado, em relação à construção dos assentamentos na forma de agrovilas, este tipo de parcelamento da terra:

[...] consiste na divisão de lotes de moradia e lotes de produção propiciando aos assentados morarem na mesma região do assentamento. Esse tipo de parcelamento torna a construção da infra-estrutura mais barata e aproxima os locais de moradia,

facilitando o convívio e possibilitando a criação de áreas comunitárias e de convivência. Porém, os lotes de produção se distanciam. (NOGUEIRA, 2007, p. 36)

O barateamento da infra-estrutura, em razão da proximidade das habitações, é motivo apontado por Albuquerque (2004, p. 84) para que seja favorecido em detrimento de outras formas de parcelamento, trazendo benefícios apenas para o governo, mas não para o agricultor. O autor lista, ainda outras desvantagens:

Além disso, os assentados acreditam que, com a organização em forma de agrovila, suas casas ficam muito distantes da área de criação e plantio, possibilitando o furto de seus pertences e produção, devido à falta de vigilância constante. Isto pode ser exemplificado por expressões do tipo: “a gente viu que fica complicado a gente morar em agrovila e deixar as parcelas distantes de casa”; “imagine o cara que mora na agrovila que fica distante do roçado (...) pode ser até o vizinho mesmo, que tem deles que se escoram, que vai na plantação de milho e quebra, e o cabra não sabe quem foi”. Os assentados acreditam que a agrovila é semelhante a uma favela, devido ao aglomerado de casas, e, por conseguinte, favorece o surgimento de problemas de relações interpessoais, como fofocas e brigas de vizinhos, entre outros. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 84)

Desse modo, percebe-se que essa forma de organização do assentamento contrasta com o modo de vida habitual do camponês, como bem assevera D’Aquino, ao considerar que:

O objetivo principal do camponês não é o lucro, mas a reprodução familiar e a produção da comunidade. Suas práticas contrastam com a do empresário capitalista, embora o negócio e a racionalidade estejam presentes, sempre no contexto da reprodução familiar. Nesse contexto a casa é o centro, o espaço por excelência da construção da vida familiar. (D’AQUINO, 2011, p. 40)

Como já destacado, a terra simboliza para o camponês mais do que um pedaço de solo, simboliza o lar, o lugar onde se produz e de onde se retira o sustento da família, realizando o trabalho a seu próprio tempo e modo, sendo também um bem da família que se espera que seja repassado para as gerações vindouras. Por essa razão, Caniello e Duqué afirmam que as agrovilas “são altamente incompatíveis com um modo de vida baseado na autonomia e cuja rusticidade, evidentemente privativa no cotidiano, se vê ameaçada pelo contato “obrigatório” com um vizinho cuja casa está a menos de 5 metros de distância” (CANIELLO; DUQUÉ, 2006, p. 638).

Importante destacar o pensamento de D’Aquino (2011), que assevera que as agrovilas são uma forma de organização bem aceita pelos trabalhadores organizados pelo Movimento dos Sem Terra – MST, uma vez que estes:

[...] concebem a vida na terra como vida em coletividade, a melhor alternativa para viabilizar a permanência na terra. Embora respeitem o estilo de vida adotado pelos outros trabalhadores, optaram pela organização coletiva da produção e mesmo da vida no assentamento. Tudo é coletivizado: o trabalho, organização de produção e divisão do trabalho, a educação das crianças, pensando como parte do projeto grupal de reprodução do assentamento. (D’AQUINO, 2011, p. 40)

Importante considerar que esse modo de viver coletivo é bastante trabalhado nos acampamentos do MST, de modo que se trata de um grupo habituado a essa forma de organização antes de ir para os assentamentos, o que não é o caso da população atingida pelo rompimento da barragem Algodões I, para quem foi imposta uma forma distinta de reprodução social nos assentamentos a eles destinados após a ocorrência da tragédia socioambiental.

4. Resposta do estado como violação de direitos

A população atingida pelo rompimento da barragem de Algodões I, apresentando características de campesinato, moradores do meio rural, mantinham um modo de vida característico, como já delineado. Na dissertação de OLIVEIRA há muitos relatos dos moradores sobre a dificuldade de manter seus modos de vida:

Nesta conversa com Seu Felipe, ele disse haver “muita reclamação” das pessoas que vivem nos assentamentos: “lá é muito seco e ruim para plantar”. Inclusive, disse, já havia muita gente voltando para antigas terras, e que não voltaram antes porque “o governo não tinha deixado”. (OLIVEIRA, 2013, p. 29)

As casas são muito próximas umas das outras, e muito pequenas. “Não dá para criar nem uma galinha que com pouco já está no quintal do vizinho”, diz Seu Zé, do Povoado Franco (OLIVEIRA, 2013, p. 102)

No assentamento Jacaré, “é difícil fazer roça e criar algum vivente”. Na região de Franco, diz ele [Seu Antônio], “plantava e criava; os animais cresciam fortes e robustos, no assentamento eles não crescem”. Os terrenos no assentamento são muito pequenos e as casas muito próximas umas das outras, o que destoava da realidade e o modo de vida rural ao qual estava acostumado. Como não dá para trabalhar a terra é preciso comprar desde alimentos básicos para subsistência, inclusive, a água para quem não tem recursos para perfurar um poço. (OLIVEIRA, 2013, p. 108)

Oliveira (2013, p. 106-109) aponta a dificuldade na obtenção de água pelas famílias. Não foram perfurados poços suficientes pelo governo (tendo havido, ainda, problemas de manutenção das bombas) e apenas alguns tiveram condição de pagar de forma privada para perfurar um poço em seus terrenos. Estes fornecem água a quem não tem, mas a um preço médio de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) mensal que, considerando a renda das famílias, representa uma sobrecarga enorme. Além disso, há gasto com valor mais elevado com energia elétrica do que costumavam gastar anteriormente. Algumas crianças precisam caminhar vários quilômetros em razão da localização do assentamento, longe da escola, e ainda precisam levar uma garrafa de água para que seja preparada a merenda.

Inicialmente, seriam ouvidas as famílias para atendimento de suas necessidades, o que não ocorreu. Os povos locais não foram ouvidos nas decisões de como seriam as casas, os tamanhos dos terrenos e onde seriam construídos, escolhidos unilateralmente pelo Estado, sem diálogo com os atingidos (OLIVEIRA, 2013, p. 123). Como resultado, foram construídas casas muito pequenas, em terrenos pequenos, em agrovilas que não exprimem e nem permitem que as famílias continuem com seu modo de vida. Tratam-se de assentamentos com modelo de residência tipicamente urbano, que não atende às necessidades das famílias rurais e não possibilitam atividades de subsistência junto às residências, mas em locais apartados. Na fala dos moradores percebe-se o descontentamento com as residências dadas pelo Estado, ao reclamarem que não conseguem mais criar seus animais nem praticar a agricultura, além de sofrerem com a falta de água. Sobre a questão,

A realidade nos assentamentos parece ter promovido outro tipo de deslocamento relacionado à própria forma de organização das casas nas agrovilas. Seu Corcino afirma que moradores/as estão vivendo como o se estivessem em um bairro de uma cidade, ou seja, sem praticar suas atividades agrícolas.

[...] Agora, na agrovila ninguém pode criar. Porque está todo mundo junto. Considera-se uma cidade, mas o problema é que ele está vivendo como se estivesse na cidade, mas ele não está na cidade! Ele não tem os recursos que a cidade oferece. Ele está recebendo uma casinha [...] ruim, como aquelas das construções que deve medir cerca de vinte e tantos metros quadrados. Nos bairros está bom demais, quer dizer, mas aqui na roça não! Ele vai se sustentar com quê? [...] O governo não pensou nisso! (Informação oral, Corcino Medeiros dos Santos, presidente da AVABA *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 103-104)

Além do padrão das casas, há ainda que considerar a infertilidade do solo, que foi bastante danificado com a tragédia. Desse modo, os moradores não conseguem praticar a agricultura em seus lotes, comprometendo a manutenção das práticas sociais constituídas antes do rompimento da barragem, o que tem causado descontentamento dos moradores.

Nos assentamentos Olho D'água e Massalina o povo está indo embora, desistindo de viver nos assentamentos, e estão retirando material de cobertura, telhado, portas e janelas das casas para construir em outros locais, ou vendendo as casas, pois além da distância, há grave problema de falta de água (OLIVEIRA, 2013, p. 100), entre outros problemas conforme já relatado, considerando, principalmente, a distância dos lotes de moradia aos lotes de produção, haja vista o hábito dos moradores de produzirem junto às seus lares, e a impossibilidade de assim o fazerem.

O Assentamento Espírito Santo, em Buriti dos Lopes, passa por uma situação agravante: a migração, uma vez que, não podendo praticar as atividades que permitiam seu sustento nem recebendo auxílio, os homens, em especial, precisam migrar para trabalhar e

enviar dinheiro para casa. Isso em parte porque, embora enfrentem problemas semelhantes em relação aos assentamentos de Cocal, os afetados de Buriti dos Lopes receberam menos auxílios que os da outra cidade (que era a localidade em que se situava a barragem, tendo sofrido mais danos e acabou recebendo mais atenção por parte das autoridades) e em espaço mais demorado de tempo.

Conforme o narrado, os moradores tiveram negado o seu modo de viver com a construção dos assentamentos no formato e no local escolhido em razão do pouco espaço para desenvolvimento de suas atividades e da infertilidade do solo, além de terem dificultado seu acesso à água, à energia elétrica, à escola.

A situação vivenciada pelos atingidos configura uma violação grave de direitos humanos, cuja declaração universal, de 1948, foi ratificada pelo Brasil com status de norma constitucional, uma vez que ela estabelece como direito a dignidade humana, e, para sua manutenção, o direito a moradia, bem-estar, segurança social, alimentação, saúde, dentre outros.

A própria Constituição Federal de 1988 estabelece esses direitos em seu artigo 5º, afirmando serem todos “iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, e artigo 6º, ao dizer que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. A CF/88 assegura, ainda, no artigo 5º, inciso V, o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem em caso de violação de direitos, o que os atingidos não obtiveram ainda.

O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado pelo Brasil, e em vigor desde 24 de abril de 1992, elenca como direito, em seu artigo 11, “um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida”.

Nesse artigo está expresso o direito à moradia adequada. O guia da ONU para moradia adequada afirma que ela não se limita à própria casa, devendo ser entendida de forma ampla, levando-se em consideração, inclusive, aspectos culturais do local onde se encontra e da comunidade que ali habita, tanto no meio urbano quanto rural. Os assentamentos construídos para os atingidos não atendem a esses fins adequadamente, uma vez que as moradias não são

adequadas para a manutenção de seus modos de vida e de subsistência, com a impossibilidade de praticar a agricultura e criação de animais, ausência de escolas, abastecimento de água e saúde. O guia afirma, ainda, que:

Sempre que possível, prioridade será dada para que a população desalojada temporariamente retorne para o seu local de habitação original. Todas as pessoas, grupos e comunidades têm direito ao reassentamento, que inclui o direito a moradia adequada e terra alternativa de qualidade igual ou superior à original. Os planos de retorno ou reassentamento devem ser desenvolvidos em consulta à população atingida e devem ser amplamente divulgados. (ONU, 2011, p. 21)

Da mesma forma, não foi garantido à população esse direito. Não puderam retornar a seu local original de habitação, a princípio, e os assentamentos não foram todos construídos em locais próximos, além de terem recebido terras em qualidade insuficiente para o plantio. Além disso, devem receber indenização justa; acomodação alternativa adequada; acesso seguro a alimentação, água potável e saneamento; serviços médicos essenciais; fontes de renda e pasto para seus rebanhos; instalações educativas e creches, dentre outras coisas (ONU, 2011, p. 22), o que não foi garantido. O Estatuto da Terra, Lei nº 4504/64, do mesmo modo, estabelece:

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

[...]

§ 3º A todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultive, dentro dos termos e limitações desta Lei, observadas sempre que for o caso, as normas dos contratos de trabalho.

Desse modo, a resposta do Estado não assegurou os direitos garantidos no ordenamento jurídico pátrio. O tratamento garantido pelo ordenamento jurídico pátrio, desse modo, na resposta do Estado, ao desconsiderar as particularidades dos modos de vida da população atingida, acarretou violação de direitos humanos.

Conclusão

Os afetados pelo rompimento da Barragem Algodões I sofrem uma dupla violação de direitos. Em um primeiro momento, quando foram vítimas de um desastre socioambiental que poderia ter sido evitado, em que perderam suas moradias, parentes, amigos, bens. Em um segundo momento, quando o Estado, em uma tentativa de reparação de parte dos danos causados, constrói residências destinadas a abrigar as pessoas atingidas de modo que não atende ao direito de moradia adequada.

Percebe-se como uma violência inserir as famílias atingidas pelo rompimento da barragem Algodões I em casa pequenas, que não comportam de forma confortável as famílias, em terrenos pequenos e impróprios para a prática da agricultura e criação de animais, retirando-lhes ou dificultando-lhes a possibilidade de continuarem seus modos de vida.

Embora haja previsão legal para o atendimento das necessidades das vítimas em casos como o ocorrido, o Estado forneceu uma resposta mais conveniente para si, com a construção de assentamentos num modelo de parcelamento de solo menos oneroso, mas que não se relaciona com as pretensões das vítimas, que sequer foram ouvidas nesse processo. A construção do assentamento em formato de agrovila impossibilita as práticas de subsistência junto à casa, interferindo na dinâmica da atividade familiar e na relação com a vizinhança. Deve-se considerar que, além dos problemas descritos, há ainda a infertilidade do solo do local escolhido para a construção dos assentamentos e dos espaços comunais.

Nesse sentido, não houve qualquer preocupação do Estado com o modo de vida dessas pessoas nem com suas identidades, desconsiderando a particularidade de um grupo social oriundo do meio rural, com características de população camponesa, que praticava agricultura de subsistência e criação de animais. Assim, encontram-se impossibilitados de desenvolver suas atividades antes cotidianas, que eram a base do sustento da família, gerando dificuldades financeiras e dependência de benefícios governamentais. Além disso, os atingidos enfrentam graves problemas de abastecimento de água, energia elétrica, educação, saneamento básico e saúde.

Desse modo, observa-se que o Estado não procurou garantir aos atingidos pelo rompimento da barragem Algodões I uma moradia adequada, direito fundamental garantido a todos na Constituição Federal do Brasil e em tratados internacionais em que o país é

signatário, o que consistiu, por si só, em mais uma violência imposta às vítimas da tragédia socioambiental.

Referências

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de; COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda; VASCONCELOS, Tatiana Cristina. (1999). As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estudos de Psicologia**, 2004, 9(1), 81-88.

ALMEIDA, Mauro Wiliam Barbosa de. Narrativas agrárias e morte do campesinato. *In: Ruris*, v. 1, n. 2, Campinas: Unicamp, setembro/2007, p. 157-188. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/viewFile/656/523>>. Acesso em: 15 abr 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 1992.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 nov. 1964.

CANIELLO, Márcio; DUQUÉ, Ghislaine. Agrovila ou Casa no Lote: A Questão da Moradia nos Assentamentos da Reforma Agrária no Cariri Paraibano. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, nº 4, out-dez. 2006, p. 629-641.

D'AQUINO, Teresinha. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão – SP. *In: SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção (Org.). Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília : Oficina Universitária, 2011, pp. 15-52.

NOGUEIRA, Renata Fernandes. **A organização sócio-espacial do Assentamento Olga Benário**. [2007] 63 f. Dissertação. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: 2007.

OLIVEIRA, Marcos Vinícius Pereira. **Algodões I: um drama social (povos e territórios do açude/barragem Algodões I, em Cocal, no Piauí: processos, atores, narrativas)**. [2013] 163 f. Dissertação (Universidade Federal do Piauí). Teresina: 2013.

OLIVEIRA, Marcos Vinícius Pereira; MORAES, Maria Dione Carvalho de. **Povos, territórios e águas do sertão** (etnografando memória e territorialidade no Açude/barragem Algodões I, em Cocal – PI). *In: Anais do XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE e PRÉ-ALAS BRASIL*, 2012. Teresina-Piauí, Resumos do XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 2012.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração universal dos direitos humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em

Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS

27 a 29 de abril de 2016

Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS

Universidade Federal de Sergipe – UFS

ISSN:

10 de dezembro de 1948. Disponível em: <
<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 22 jul 2015.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?** ONU, Relatoria Especial da ONU para Moradia Adequada, 2011. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/areas/urbanistico/arquivos/manuais_orientacao/guia_onu.pdf>. Acesso em: 22 jul 2015

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas** – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *In*: Estudos Sociedade e Agricultura. N. 15, out 2000, pp. 87-145. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm> >. Acesso em: abr 2015.

WOORTMANN, Ellen F. Teorias do campesinato. *In*: _____. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo-São Paulo: Hucitec-Edunb, 1995, p. 29-66.